

# **Diversidade biológica e cultural no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá**

Antonio Carlos Diegues, USP

## **Introdução**

O extenso estuário cujos limites norte são, ao norte, o litoral dos municípios de Iguape-Cananeia no Estado de São Paulo e ao sul, o litoral dos municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá, no Paraná é um dos mais ricos da costa sul brasileira tanto pela diversidade biológica de seus ecossistemas quanto pela diversidade cultural. A diversidade biológica se expressa pela variedade de espécies vegetais e animais existentes na Mata Atlântica que ali mostra toda sua riqueza, pois é, sem dúvida, a mais conservada dessa cobertura vegetal que, em muitos outros estados litorâneos foi severamente diminuída pelos diversos ciclos econômicos da história brasileira. O litoral sul paulista se interliga com a baía de Paranaguá pelo Canal do Varadouro formando um complexo estuarino-lagunar de rara beleza, com suas baías, praias, mangues e um sem número de ilhas, rios e riachos.

Além da grande diversidade de ecossistemas e de espécies, esse estuário, de mais de 100 quilômetros de extensão é pouco conhecidos em sua grande diversidade cultural e foi uma das primeiras regiões a serem exploradas e colonizadas por portugueses e espanhóis no século XVI. Entre os povos e comunidades tradicionais que habitam essa região estão

*Índios Guarani*: estão espalhados em aldeias por vários municípios da área, frequentemente no que são hoje parques e reservas ambientais, sofrendo discriminações por várias autoridades ambientais em ambos os estados. Apesar disso, mantém seus valores, língua e música.

*Caiçaras*: formam as comunidades mais numerosas e antigas da região, vivendo hoje predominantemente da pesca uma vez que as atividades agrícolas e de coleta na mata são proibidas pela legislação de parques e reservas que cobrem mais da metade da superfície da região.

*Quilombolas*: descendentes de escravos africanos que permaneceram em terras onde trabalhavam depois da abolição da escravatura e que foram reconhecidas como terras quilombolas pela Constituição de 1988. Algumas delas receberam os títulos de propriedade, mas a maioria ainda aguarda a titulação. Hoje são as comunidades mais organizadas da região, vivendo, sobretudo, da pequena agricultura.

*Caboclos*: formam comunidades mais afastadas do litoral, vivendo, em geral, à beira dos rios, com atividades agrícolas.

*Migrantes*: a região recebeu vários grupos de migrantes a partir de meados do século XIX, incluindo alemães, austríacos que viviam em colônias, como a de Santa Maria na divisa entre São Paulo e Paraná e em outros municípios. Entre esses migrantes distinguem-se hoje os japoneses cuja migração se iniciou em inícios do século XX e que também tiveram grande importância nas atividades agrícolas.

Neste artigo será enfatizado o papel dos caiçaras por se constituir no grupo mais numeroso que vive nesta região e que pelo seu modo de vida dependente do uso dos abundantes recursos naturais pode ser considerado um dos responsáveis pela conservação da grande riqueza biológica da região.

### **As origens do povoamento caiçara**

**No litoral sul de São Paulo**, Paulino de Almeida, em Memórias Memoráveis (1948) baseado nos documentos do Livro do Tombo afirma que Cananéia, vila fundada em 1587 era habitada

de poucos e pobres moradores, parte naturaes d'este Brazil (índios) e parte vindouros das ilhas dos Açores...que era pobres de posições e por isso não eram participantes da afluência do dinheiro, porem erão riquíssimos da muita abundancia, que este lugar então lhes oferecia do seu mar os peixes e dos matos as caças; que lhes não faltarão o seu necessário, porem cultivando a terra com suas lavouras e exercitando o mar em suas pescarias, assim bem se sustentavão e dos seus sobros negociavam... Não eram freqüentados de amiudado commercio, parecião mais deixados e esquecidos do que lembrados... porem assim mesmo vivião fartos no seu bastante e descansados no seu descanso. (p. 09)

Como se observa pela citação acima, já no final do século XVI pode-se inferir a existência de comunidades caiçaras que viviam da roça e da pesca, bastante isoladas, mas mesmo assim, negociando seu pouco excedente com outras regiões “cujo negocio fazião elles com alguma embarcação, que por cauza dos ditos gêneros aqui lhes vinha oferecer assim dinheiro, como tambem outros gêneros a elles necessários” (p.9).

Constata-se, nessa descrição de Paulino de Almeida a base do mesmo processo de empobrecimento econômico-social que se segue a um período de grande produção: sobram os pequenos lavradores-pescadores que formam a população caiçara.

Em outro trabalho, *Usos e Costumes Praianos* (1945), Paulino de Almeida descreve o modo de vida caiçara nas primeiras décadas do século XX, definindo o caiçara como aquele que vive entre as atividades agrícolas e pesqueira.

O mesmo autor descreve o vasto conhecimento que o caiçara tem do mar e da mata, sobretudo no que diz respeito à previsão do tempo, fundamental para a pesca, através de sinais como o tipo de vento, de nuvem, de maré, de corrente marítima, de fases e posição da lua. Ele também assinala a variedade de embarcações existentes entre os caiçaras ao longo do litoral, como as canoas de voga, de grandes dimensões, com cobertura, remo e vela, empregadas em transportes entre Paraty, Ilhabela e Santos; o batelão, canoas menores também usadas para o transporte; as canoas de patilha, usadas no mar e as ribeiranas, usadas nos rios; na região de Cananeia, as canoas eram providas de banco onde se encaixava o mastro para a vela.

**No litoral do Paraná**, desenvolveu-se um modo de vida muito semelhante ao do litoral paulista e sul fluminense, que também pode ser chamado de caiçara, apesar de que, na literatura local, o morador das praias é também chamado de praiano ou caboclo do litoral.

Loureiro Fernandes (1947) descreve o modo de vida do morador do litoral paranaense nas primeiras décadas do século XX, particularmente os que habitavam a Praia de Leste, ao sul de Paranaguá. Descreve suas casas como cabanas, cobertas por folhas de palmeira (guaricana e indaiá colocadas sobre ripas feitas de “jaquatirão”). As paredes externas eram também feitas de folhas de palmeiras e as divisões internas, de esteiras de piri. O chão era de terra batida, onde se penduravam as chaleiras e caldeirões. Posteriormente foram substituídas por casas feitas de taboas de pinho. O autor menciona também as habitações temporárias feitas nas praias, onde a família passa a temporada de verão, pescando. Na região estudada, Loureiro Fernandes, citando P. Defontaines (1939) afirma que o morador vive da pesca e do extrativismo florestal.

Vive do mar e da floresta virgem com que está em contato direto... Na floresta vai o caboclo coletar a lenha para sua lareira, frutos, raízes, tubérculos e brotos para sua alimentação, e buscar o solo para praticar sua rudimentar agricultura. (Loureiro Fernandes, 1947, p. 58)

Loureiro Fernandes afirma que “faziam suas roças em terrenos distantes de suas casas que, em virtude de seus misteres de pescador, devem ficar vizinhas das praias” (1947, p. 24). Esses locais são chamados de “sítios”, e nas clareiras abertas na mata, levantava-se um rancho onde se abrigava durante as atividades agrícolas quando não se dedica à pesca.

Após a derrubada e a primeira queimada, plantam durante dois ou três anos a mesma roça, quando deixam a terra descansar cinco anos, ao cava dos quais a nova queima de capoeiras assinala o início de um novo ciclo de roças... As plantas mais cultivadas são extraídas primitivamente da selva e cuja cultura melhor se adapta ao solo florestal: banana, mandioca, feijão e milho. (1947, p. 24)

Em meados do século XX, a atividade principal já era a pesca, complementada pela roça e pela criação de pequenos animais. Existia também a pecuária de pequena escala e o uso de bois usados para tração. A pesca era feita principalmente com grandes redes de cerco para a captura dos “peixes de percurso” (a tainha) e a rede de emalhar, usada para a pesca de peixes de fundo. A pesca de cerco era feita de forma coletiva, em sociedades, destacando-se o papel do “vigia” que tinha por função localizar os cardumes.

Admirável é esse espírito de natural disciplina e cooperativismo econômico que sobrevive nesse trabalho coletivo no seio dessas populações pobres do litoral paranaense. (1947, p. 32)

O litoral paranaense sempre teve e continua tendo estreito contato com o litoral sul paulista, sua população e seus costumes. Mesmo antes da abertura do Canal do Varadouro, inaugurado em 1954, ligando o sul do estuário de Cananéia à Baía de Paranaguá, as comunidades litorâneas da região tinham contato permanente, seja econômico ou religioso. Deve-se ressaltar a romaria anual que os pescadores do litoral do Paraná faziam à Iguape, durante a festa do Bom Jesus (França, M., 1972).

Além disso, resultante, em parte do isolamento relativo e cíclico a que estão sujeitas as comunidades caiçaras, desenvolveu-se uma forma de linguajar típico. Essa forma particular de se expressar é fundamental no contexto cultural, uma vez que se trata de uma cultura não-letrada, onde o grau de alfabetização nas praias e sítios ainda continua baixo. A expansão da educação primária, com o uso de manuais que são produzidos para o uso em áreas urbanas, a disseminação do rádio e da televisão acabam sendo responsáveis pela crescente uniformização da linguagem.

Nas últimas décadas do século passado um outro processo já em curso tem se acelerado: a saída definitiva de um contingente significativo da população rural dos municípios litorâneos paranaenses para a periferia da cidade pólo regional, Paranaguá.

Lá deixarão de ser o que os constituiu como grupo social e passarão a ser somente trabalhadores urbanos desqualificados, mal remunerados, sem identidade com o ambiente e com um grupo social. (SPVS-IBAMA, 1995, pp. 11-18)

### **O caiçara e seu modo de vida.**

A **cultura caiçara** é aqui definida como um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados, que orientam os indivíduos em suas relações com a natureza e com os outros membros da sociedade e que se expressam também em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e não-materiais (linguagem, música, dança, rituais religiosos).

O **modo de vida** é entendido como a forma pela qual as comunidades caiçaras da região organizam a produção material, as relações sociais e com o sobrenatural dentro de um determinado contexto espacial e cultural. A produção material e não material da vida não são espaços separados, mas combinam-se para produzir seu modo de vida. O fato de não utilizarem a escrita, de serem sociedades em que o conhecimento é gerado e transmitido pela oralidade através de um linguajar particular, conhecerem os ciclos naturais e dependerem deles para sua sobrevivência, de viverem em pequenos aglomerados com atividades organizadas no interior de unidades familiares, em que as técnicas tem baixo impacto sobre a natureza fazem com que as comunidades caiçaras possam ser definidas como “tradicionalis.”

Os autores (Diegues, 1996; Willems, 2002), como outros autores, consideram a cultura caiçara como parte da cultura crioula ou cabocla, fruto do aporte cultural dos europeus, negros e índios. Para Willems (2002) a associação entre pesca e agricultura, a importância do “complexo farinha de mandioca”, as relações sociais individualizadas em um grupo maior e na família nuclear, através de mutirões, a reciprocidade na vida cotidiana, a falta de uma noção de autoridade formal, a pouca importância dada à religião oficial, estão entre as principais características da cultura caiçara. Ainda que tenham uma base comum, a cultura caiçara se distingue da caipira por ter desenvolvido um conjunto de práticas materiais e imateriais ligadas ao mesmo tempo ao mar e à terra, ao passo que a última é, essencialmente, baseada na agricultura e em outras atividades ligadas à mata, sem ter contato com o ambiente marinho.

Os caiçaras do complexo estuarino lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá, vivendo no interstício da Mata Atlântica e do mar, estuários, mangues, restingas e lagunas, usando seus recursos naturais para a reprodução de seu modo de vida construíram um território rico em diversidade biológica e cultural. Os saberes tradicionais sobre os seres do mar e da mata desempenham um papel fundamental na construção de sistemas de manejo da natureza, muitos deles marcados por grande engenhosidade (Mussolini, 1946, Diegues, 1983, 1996). Como outras comunidades tradicionais, que receberam de índios e negros uma grande herança lingüística, técnicas patrimoniais, mitos e lendas, tais como os quilombolas, ribeirinhos, sertanejos, os caiçaras fazem parte do grande número de populações tradicionais brasileiras (Diegues & Arruda, 2000). Muitas comunidades caiçaras desenvolveram instrumentos cognitivos para identificar mudanças no meio-ambiente e buscar novas alternativas. Isso indica que a cultura não é um conjunto estático de significados, valores e comportamentos, podendo ser considerada também como um mecanismo vivo que fornece aos humanos a capacidade de se adaptar a novas situações. Em algumas situações essa adaptação tem sido possível, e em outras, sobretudo aquelas marcadas pela modernidade e pela globalização, essa capacidade adaptativa tem sido reduzida, colocando em perigo a própria reprodução do modo de vida tradicional.

Os caiçaras sofreram uma série de preconceitos urbanos que atingiram e atingem também outras culturais tradicionais brasileiras, provavelmente, como sugere Luis Geraldo Silva (2004), por apresentar baixos níveis de acumulação de capital e consumo urbano-industrial e depender, em suas atividades de subsistência dos ciclos naturais. O dicionário mais famoso do país – o de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975) –

contém certas definições alusivas ao verbete “caiçara” como “malandro, vagabundo”; “desbriado”.

Num estudo realizado na década de 1940, Schmidt (1947-1948) sugere uma geografia de aplicação da expressão em questão: para ele, o “caiçara” ou “praiano” era o sujeito que vivia no litoral paulista desde Ubatuba até Cananéia. Porém, essa expressão poderia ser igualmente aplicada aos habitantes do litoral paranaense, no que parece ter razão: o complexo lagunar que vai da Juréia até Paranaguá é o mesmo (Diegues, 1976) e essa região que pertencia até meados do século XIX (1853) à Província de São Paulo foi inicialmente ocupada por “povos de Cananéia, originários daquelles estrangeiros europeus, estabelecidos na Ilha da Cottinga, por ser um lugar mais tranqüilo contra o ataque dos Carijós, nativos da região” (Vieira dos Santos, apud Loureiro Fernandes, 1947, p. 16)

Consideramos território caiçara o espaço litorâneo entre o sul do Rio de Janeiro e o Paraná onde se desenvolveu um modo de vida baseado na pequena produção de mercadorias que associa a pequena agricultura e a pesca, além de elementos culturais comuns, como o linguajar característico, festas e uma forma específica de ver o mundo.

Apesar das características comuns a todas as comunidades caiçaras, existem variações culturais importantes entre o litoral sul do Rio de Janeiro, norte de São Paulo e sul de São Paulo e Paraná que se explicam pelos tipos e graus de inserção nas economias regionais e pela contribuição, em grau variado, das diversas matrizes culturais. Essas diferenças se refletem, por exemplo, nos tipos de embarcações usadas e que se distinguem pela função e tipo de ambiente em que são utilizadas (mar, estuário, rios) bem como pelo diferente aporte de outras culturas (como a baleeira trazida pelos catarinenses açorianos) vizinhas como a caipira e a açoriana.

As atividades econômicas são desenvolvidas em praias e áreas adjacentes por uma população originada da mistura do elemento indígena, do colonizador português (em algumas áreas, também espanhol), e em menor grau, do escravo africano. Essa população, dispersa na zona costeira, estava ligada aos ciclos econômicos, em geral marcados pela monocultura agrícola, fornecendo gêneros de primeira necessidade, como farinha de mandioca, peixe, lenha, para os núcleos urbanos regionais, como Iguape, Paranguá e Paraty.

Pode-se partir da hipótese que as povoações e os “sítios” caiçaras surgiram nos interstícios e no período pós-desorganização das monoculturas coloniais e pós-coloniais,

como a da cana-de-açúcar no litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo e do arroz no Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo.

### **As transformações no mundo caiçara em meados do século XX.**

As décadas de 1950 e 1960 deram início a profundas transformações nas comunidades caiçaras que estão relacionadas, basicamente, à perda de suas terras e praias, ocasionada pela vinda de veranistas e turistas dos grandes centros, como São Paulo, Santos, Curitiba. Dessa época datam a abertura e melhoria das estradas de rodagem que ligavam os grandes centros ao litoral norte e sul de São Paulo. O litoral sofreu de forma drástica a invasão do território caiçara, cujos proprietários não tinham título legal das terras, eram por isso considerados pelos especuladores como simples “posseiros”. Os caiçaras não somente não tinham documento das áreas consideradas de uso comum, onde praticavam a agricultura, a coleta, a caça e a pesca e que circundavam a vila, mas também do próprio terreno onde estava sua casa.

A desapropriação das terras caiçaras pelos especuladores foi, muitas vezes, realizada de forma violenta, através de jagunços que ameaçavam e expulsavam os moradores, mas, na maioria das vezes estes foram ludibriados, com o uso de artifícios legais. Em certos casos, o caiçara, depois de vender sua propriedade acabava trabalhando como caseiro do novo proprietário de fora que construía sua casa na praia. Em muitos casos, os moradores caiçaras, depois de venderem suas praias foram obrigados a construir suas casas nas encostas das serras, em lugares sujeitos a perigos de desabamentos onde tampouco sua presença é legalmente autorizada. Depois de serem considerados “posseiros” em suas próprias terras, são considerados agora moradores ilegais nas encostas das serras, em áreas de restinga e mangue, consideradas áreas de proteção total.

No litoral paranaense deu-se também a expulsão dos caiçaras de suas terras, desta vez motivada pela invasão ou compra de suas terras por fazendeiros que aí instalaram fazendas de búfalos.

Outro fenômeno importante que atingiu as comunidades caiçaras, em parte como medida de contenção da especulação imobiliária foi a transformação de extensas áreas de Mata Atlântica em áreas protegidas das quais foram expulsos os caiçaras. Nos casos em que essa expulsão não ocorreu fisicamente as comunidades foram, na sua quase

totalidade, impedidas de exercerem seu modo de vida baseado na agricultura itinerante, na pesca e na coleta. Alguns municípios como Iguape, em São Paulo, tem mais de 50% de seu território como unidades de conservação (parques e reservas). Já existe uma vasta bibliografia que trata dos impactos da conservação ambiental restritiva sobre a cultura e modos de vida caiçara (Diegues, 1996).

A *migração* tem sido um processo sócio-econômico pelo qual os caiçaras têm reagido às dificuldades de sobrevivência e está incorporada ao modo de vida caiçara. A migração constante, apesar da variação das causas, dos momentos históricos, é um padrão cultural comum aos caiçaras (Wilhems, 2002). O nomadismo e a migração são elementos formadores dessa cultura cabocla, e o trabalho temporário dos jovens seja nos bananais ou na pesca embarcada foram momentos de incorporação de novos padrões culturais de outras regiões.

Nas décadas mais recentes, no entanto, a migração apresenta um aspecto distinto daquele escrito anteriormente e, na maioria das vezes, é marcada por um não retorno aos lugares de origem. Ela está associada à transformação de seus territórios em unidades de conservação ambiental, à atração pela vida urbana e pela perda de suas terras nas praias.

### **O caiçara no meio-urbano.**

O contato e a inserção do caiçara no meio-urbano se processaram por várias formas, em diferentes momentos de sua história.

A maioria das cidades litorâneas estudadas sempre teve “bairros de pescadores” situados próximos aos portos de desembarque como o de São Francisco, em São Sebastião; o Portinho, no centro de Ubatuba; o Carijó, em Cananéia; Patitiba, em Paraty; Vila Garcez, em Iguape; e Ilha dos Valadares, em Paranaguá. Parte desses pescadores/caiçaras tinha vindo das praias mesmo antes dos anos 50 e mantinham contactos com os parentes que tinham ficado lá enquanto que outros tinham nascido nesses bairros. Eram esses pescadores que faziam uma ponte entre a cultura caiçara das praias e sítios e a cultura urbana influenciada por São Paulo, Rio de Janeiro e Santos, no início do século XX.

A maioria deles vive aí há mais de uma geração, sobrevivendo em grandes dificuldades, sendo que muitos deles mantêm contactos com os parentes que permaneceram nas praias de origem.

A migração dos jovens, o avanço das igrejas evangélicas, algumas das quais se instalaram na região já na década de 1940, a maior vinculação à economia de mercado que destruiu uma certa auto-suficiência nas praias, além de quebrar o mundo de valores religiosos, a implantação de parques e reservas ambientais serviram para aumentar o nível dos conflitos. Estes se refletem, por exemplo, no aumento constante do consumo da cachaça.

O trabalhar por conta própria, o ter sua própria embarcação e continuar a ser um produtor independente são objetivos de vida colocados por uma grande parte dos pescadores artesanais. O embarque em traineiras e arrastões, geralmente desprezado pelo pescador artesanal só é realizado em última instância, e o trabalho de embarcado é considerado vida de escravidão.

### **Os caiçaras hoje.**

A vida dos caiçaras é hoje marcada por dois fenômenos importantes: o estabelecimento de áreas naturais protegidas e a chegada do turismo.

A transformação de parte considerável do território caiçara em unidades de conservação de proteção total, a partir da década de 1960 onde, por lei não é permitida a presença humana, tem tido consequências negativas graves sobre o modo de vida das populações caiçaras. No início, algumas dessas áreas conseguiram frear, até certo ponto, a especulação imobiliária, mas depois, com a proibição de fazer roça, tirar madeira para canoas, moradias, instrumentos de trabalho, reformar moradias e escolas, os caiçaras tiveram seus direitos civis seriamente ameaçados e em vários casos violados. Não tendo documentos de propriedade, foram considerados posseiros, sem direito à indenização da terra e muitos foram obrigados a deixar seu território para não perecer. O fechamento de escolas e outros serviços públicos também contribuíram para um esvaziamento maior das áreas caiçaras, transformadas em unidades de conservação que hoje ocupam grande parte da superfície dos municípios do litoral paulista e paranaense (Diegues, 1996; Diegues & Nogara, 1994).

O outro fenômeno que tem afetado a vida caiçara é o **turismo**. O turismo tem sido, desde a década de 1950, um elemento profundamente transformador da paisagem litorânea caiçara, que se intensificou a partir da década de 1970 com a construção de novas estradas que melhoraram o acesso ao litoral.

Vários estudos têm sido realizados sobre os aspectos positivos e negativos do turismo sobre a cultura caiçara (Calvente, 1997; Merlo, 1997). O impacto mais negativo tem sido a resultante da construção de casas de veraneio e outras instalações turísticas nas praias, o que tem resultado na venda das posses caiçaras a turistas e a transformação dos moradores locais em caseiros, já a partir dos anos 1940. Nesse período o caiçara era tido como “preguiçoso de praia”, indolentes, preconceitos que serviam para justificar a expropriação de suas praias e a forçada subida aos morros, com a correspondente dificuldade crescente de manter seus ranchos de pesca. O mesmo preconceito reaparece mais recentemente com a imagem do caiçara destruidor das matas, que tem justificado a transformação de seus territórios em “áreas naturais”, reforçando sua marginalização.

Os meses de verão, dedicados às férias no meio urbano, têm constituído uma nova “safra” no calendário de atividades locais, que mobiliza as embarcações de pesca transformadas em barcos de transporte de turistas, casas de pescadores transformadas em pousadas. O trabalho em construção civil também tem desviado os caiçaras de suas atividades tradicionais de roça, pesca e coleta.

Há, no entanto, formas de resistência e experiências mais positivas em relação ao turismo local, nas quais os moradores se organizaram em associações cujos membros estabeleceram pousadas, organizam não somente passeios a lugares de beleza natural como também mostram aos visitantes as atividades de fabricação da farinha, visita aos cercos de pesca, danças tradicionais, etc. Uma dessas experiências é a do Maruja, bairro caiçara ao sul da Ilha do Cardoso, em São Paulo.

A política ambiental equivocada, que transforma os caiçaras em moradores ilegais em suas próprias terras e a especulação imobiliária, com a construção de casas de veraneio, expulsando-os de suas terras são, a nosso ver, os processos sociais que mais atingem o modo de vida caiçara, uma vez que leva à perda de seu território enquanto local de reprodução social. Esses processos vieram acelerar, de uma maneira geral, o fluxo migratório para as favelas das cidades litorâneas, iniciado anteriormente.

Enquanto os caiçaras se concentravam em bairros urbanos, no litoral, passando a viver da pesca, mantinha-se o modo de vida tradicional. O mesmo não ocorre com a nova urbanização, com a constituição de favelas, algumas deles distantes do mar onde a pesca foi substituída por outras atividades, como a de serviços. Nesses locais predominam as igrejas evangélicas criando um novo tipo de sociabilidade que negam algumas práticas culturais tradicionais, como o culto dos santos e os bailes. Nesse caso, modo de vida e a cultura tradicional passam a fazer parte da memória “da vida no sítio”

onde, para muitos, fixou-se a construção simbólica da “idade de ouro”, quando a vida era melhor.

### **Mudanças na cultura não material.**

Os meados do século XX intensificaram algumas mudanças sociais que já tinham começado a ocorrer anteriormente, como o enfraquecimento das atividades agrícolas, das relações sociais e das festas a elas associadas. Grande parte das festas profanas e religiosas tradicionais ligadas ao catolicismo e à vida rural desapareceram em várias comunidades da região.

Em alguns lugares ainda são realizadas a festa de reis, reisada ou folia de reis, no final de dezembro e início de janeiro, quando o grupo visita as casas, anunciando a visita dos reis magos, cantada ao som da viola, da rabeca e outros instrumentos musicais tradicionais. A Bandeira do Divino também ainda circula em alguns lugares, saindo de cidades como Cananéia e atingindo a área de Paranaguá, visitando sítios e bairros, exprimindo a religiosidade caiçara, muitas vezes independentemente da igreja oficial. Ao realizar esse roteiro, as bandeiras reafirmam os princípios da cultura tradicional caiçara onde os moradores dos sítios se percebem como participantes de uma mesma tradição que extrapola as divisas político-administrativas (Scarpin, 1991).

Muitas outras mudanças estão associadas à migração dos caiçaras para a periferia das cidades onde passam a conviver com migrantes de outras cidades e Estados, todos eles vítimas da pobreza. A maior intensificação da atividade pesqueira levou à realização de festas especificamente ligadas ao mar, como a festa do Pescador, no dia de São Pedro e São Paulo (junho), festas de Nossa Senhora dos Navegantes (em Cananéia), a corrida das canoas, a festa da tainha, etc. A exploração do “mar-de-fora”, além das barras das lagunas e estuários criou um conjunto de estórias e lendas bem como a valorização do “pescador de fora da barra”, mais especializado e profissional que a maioria dos “pescadores lavradores”.

Por outro lado, como afirma L. G. Silva (2004), um dos reflexos desse quadro de mudanças vertiginosas no litoral paulista é a adesão cada vez mais incisiva dos antigos caiçaras às crenças protestantes – notadamente as pentecostais – e a ruptura cada vez mais acentuada com o catolicismo e suas práticas festeiras e oriundas do modo de vida

caičara anterior – notadamente a “folia” do Divino Espírito Santo. O sucesso do pentecostalismo entre os caičaras foi bem analisado por Kilza Setti:

Tais seitas pregam a dedicação ao trabalho, ao lar e a Igreja, e estes pressupostos criam um clima favorável para o surgimento do bom trabalhador, responsável, conformado, disciplinado, o que vem atender às necessidades da sociedade capitalista, no sentido de garantir uma classe social dedicada ao trabalho e disciplinada através da prática religiosa. (Setti, 1985, pp. 263-264)

Ou seja, à medida que se instaura uma nova ética do trabalho produtivo e suscetível de propiciar ganhos de caráter financeiro, que novos padrões de trabalho marítimo se impõem – particularmente quando a estes se articulam demandas por certas espécies – e à medida que a terra e o “oferecimento” deixam de constituir referenciais centrais de uma visão de mundo, uma nova ética religiosa se afigura como mais promissora para as populações do litoral paulista. Essa mudança gera tensões profundas e uma série de conflitos no interior da antiga comunidade caičara, pois a ruptura com a religião católica gera inúmeros problemas entre cônjuges, famílias, amigos ou grupos de vizinhança (Setti, 1985). O abandono da prática musical caičara – a qual era intimamente articulada às práticas religiosas católicas – e o descaso com a bandeira, com o Divino Espírito Santo, dividem a comunidade antes urdida em torno do “agradecimento” e da terra (Setti, 1985, p. 269).

Algumas danças, como o São Gonçalo desapareceram em muitos lugares pois era feita após o “mutirão”, “puxirão” ou troca de dias no preparo da terra para o cultivo ou durante a colheita, atividades proibidas ou limitadas pela legislação ambiental vigente e também pela expropriação das terras pela especulação imobiliária. A farinha de mandioca já é produzida em poucas localidades, sendo comprada de outros estados, em geral, sob forma industrializada. Com isso a tradicional casa de tráfico, casa ou fábrica de farinha, como são chamadas localmente está em vias de desaparecimento em muitas praias e sítios. É importante salientar que a dança de São Gonçalo, após o fandango, reforçava os laços de solidariedade e a reciprocidade existente entre as famílias da “vizinhança” ou do bairro.

Essas músicas e danças que tinham resistido somente a nível local, em algumas vilas, começam a ser tocadas e dançadas com maior frequência em nossos dias,

gravadas em CDs e tendo uma maior difusão em programas de televisão, em “festas caiçaras”, festas da tainha, que começaram a ser organizadas em vários municípios. No litoral sul, grupos jovens estão sendo formados para a apresentação de músicas e danças caiçaras.

Além disso, há um ressurgir de outras festas, como a Festa de Reis, da Bandeira do Divino, da congada e marujada, em geral estimuladas pela ação de organizações não-governamentais.

Existem também lendas e mitos que fazem parte da herança simbólica caiçara, ainda que muitos deles façam parte do simbolismo de outras culturas tradicionais, como a indígena e a cabocla.

No imaginário caiçara existem entidades como a caipora (ou caipora) ou capitão do mato que são considerados seres encantados, donos e guardiões dos animais e da mata, que impõem limites aos caçadores e lenhadores, punindo aqueles que desrespeitam, por exemplo, o período de reprodução das espécies (Paes, 1998). Essas e outras figuras lendárias indicam o nível elevado de dependência que existia e ainda existe em muitos sítios caiçaras entre os humanos e a natureza. A maioria desses seres está associada a atividades da mata, e o abandono crescente da lavoura caiçara faz com que, em muitos lugares, eles somente subsistam na memória dos mais velhos.

### **Novos rumos para a cultura caiçara.**

A partir de inícios dos da década de 1980, começa a ser construir uma identidade caiçara e quilombola, fruto dos embates contra a especulação imobiliária, contra o autoritarismo ambiental e contra a construção de barragens no município de Eldorado que atingirá, se realizadas, vários bairros quilombolas e porção significativa da Mata Atlântica local. Um dos casos paradigmáticos dessa reação é a luta dos caiçaras para permanecer na Estação Ecológica da Juréia-Itatins, criada em meados dos anos 1980 e que resultou na expulsão de inúmeras famílias que engrossaram as favelas de Peruíbe e Iguape. Em 2006, após anos de luta, as comunidades caiçaras conseguiram a criação de reservas de desenvolvimento sustentável, modalidade que lhes permite a permanência em suas terras, fazendo o uso sustentável dos recursos naturais.

Outra reação à perda do território é a implantação de reservas extrativistas marinhas; através das quais, os pescadores passam a controlar efetivamente o território

de uso tradicional dos recursos pesqueiros ou de coleta. A Reserva extrativista do Mandira, em Cananéia foi a primeira reserva decretada, para o manejo e comercialização de ostras. Várias outras reservas estão sendo planejadas na região costeira. O êxito da Reserva Extrativista de Mandira, entre outros benefícios como o aumento de renda, o surgimento de lideranças atuantes, tem aumentado a auto-estima e a identidade caiçara.

Um outro fenômeno recente é articulação de comunidades caiçaras, realizada por ONGs, como o Movimento São Sebastião Tem Alma, A EACONE e a Pastoral da Pesca, ligados à Igreja Católica, institutos de pesquisa ligados às universidades, como o Nupaub - Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, da Universidade de SP, o CEM - Centro de Estudos do Mar e a Universidade Federal do Paraná. Essas entidades têm promovido regularmente Congressos e Encontros Caiçaras no Litoral Norte e Sul de São Paulo, com a participação de líderes caiçara, para discussão e solução de problemas comuns.

Nota-se também um renascer de grupos de fandango e danças caiçaras tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo e no Paraná. Uma oficina realizada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em fevereiro de 2003, reunindo vários grupos de fandango do litoral paulista e paranaense, além da constituição de novos grupos de Reisado e Marujada tem servido também para mostrar os aspectos culturais comuns a essas regiões litorâneas.

Algumas ONGs, como o Grupo Caburé tem implantado projetos como o Museu Vivo do Fandango que reúne diversas comunidades em Iguape, Cananéia e no litoral paranaense incentivar a prática das danças e músicas tradicionais como o fandango. O programa federal de “pontos de cultura” tem também colaborado para manter viva a tradição musical caiçara. Algumas ONGs locais e algumas entidades e associações locais como a Associação dos Jovens da Juréia, em Iguape, a Rede Cananéia tem lutado pelos direitos das comunidades caiçaras e incentivado o surgimento de novos grupos culturais que, sem dúvida, tem contribuído para aumentar a auto-estima dos caiçaras e a sua identidade cultural.

Percebe-se, portanto, a construção de uma auto-identificação dos moradores tradicionais caiçaras e quilombolas, e de sua cultura da qual eles passam a ser orgulhar.

Esse *auto-reconhecimento* é freqüentemente, nos dias de hoje, uma *identidade construída* ou *reconstruída*, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com os neo-mitos criados

por esta. Parece paradoxal, mas os neo-mitos ambientalistas ou conservacionistas explícitos na noção de áreas naturais protegidas sem população tem contribuído para o fortalecimento dessa identidade sócio-cultural em populações como os quilombolas do Vale do Ribeira, os caiçaras do litoral paulista, etc. Para esse processo tem contribuído também a organização de movimentos sociais, apoiados por entidades não-governamentais.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA, Paulino. *Da decadência do litoral paulista*. In: Revista do Arquivo Municipal, Ano X, Vol. CII, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Memória Histórica da Ilha do Cardoso*. In: Revista do Arquivo Municipal, Ano XIII, Vol. CXI, 1946.
- \_\_\_\_\_. *Memórias Memoráveis*. In: Revista do Arquivo Municipal, Ano XV, Vol. CXX, 1948.
- \_\_\_\_\_. *Usos e costumes praianos*. In: Revista do Arquivo municipal, Ano X, 1945.
- CALVENTE, M. *Ilha Bela: turismo e território*. In: Diegues, A. **Ilhas e Sociedades Insulares**, Nupaub-USP, São Paulo, 1997.
- CARVALHO, A. M. et alii. *Comunidades isoladas*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Serviço do Vale do Ribeira-DAEE, 1968.
- CARVALHO, Maria da Conceição Vicente de. *O pescador do litoral do Estado de São Paulo*. Anais do Congresso de Geografia, Vol. 9, Rio de Janeiro: AGB, 1944.
- CUNHA, Lúcia Helena de O. *Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental*. Convivência e conflitos: o caso de Guaraqueçaba (Paraná). São Paulo: PPCAUB, 1989.
- DIEGUES, A. (org.). *Enciclopédia Caiçara*. Vol. 4, História e Memória Caiçara, 2004.
- DIEGUES, A. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Nupaub/Hucitec, 1996.
- DIEGUES, A. & ARRUDA, R. *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Ministério do Meio-Ambiente, Brasília, 2000.
- DIEGUES, A. & NOGARA, P. *O nosso lugar virou parque*. São Paulo: Nupaub-USP, 1994.
- FORTES, P. *Falares Caiçaras*. In: DIEGUES, A. **Enciclopédia Caiçara**, Vol. 2, São Paulo: Nupaub/Hucitec, 2005.
- LOUREIRO FERNANDES, J. *A contribuição à geografia da Praia de Leste*. Arquivos do Museu Paranaense, Vol. 6, Secretaria da educação e cultura do estado do

- Paraná, abr/46-set/47, 1947.
- MERLO, M. *As vozes do Bonete: uma face de Ilhabela*. In: DIEGUES, A. **Ilhas e Sociedades Insulares**, São Paulo: Nupaub-USP, 1997.
- MUSSOLINI, G. *Aspectos da Cultura e da vida social no litoral brasileiro*. In: CARONE, E. **A Cultura Caiçara**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O cerco da tainha em São Sebastião*. In: Revista de Sociologia, São Paulo, 8 (3), 1946.
- PAES, S. *Espaço de vida, espaço da morte na trajetória caiçara*. Dissertação de Mestrado apresentado no Programa de Pós-graduação da Unesp/FCL Araraquara, São Paulo, 1998.
- SANTOS, A. Vieira. *Memória histórica, chronologica, topographica e descritiva da cidade de Paranaguá e do seu município*. Paraná: Ed.Curitiba, 1922.
- STADEN, H. H. *Viagem ao Brasil (1553)*. Trad. de A. Löfgren, Abl, Rio de Janeiro, 1930.
- SPVS-IBAMA *Comunidades pesqueiras da Apa de Guaraqueçaba; uma caracterização socio-ambiental*. Curitiba, 1995.
- SCHMIDT, C. *Alguns aspectos da pesca no litoral paulista*. In: Revista do museu paulista, Vol. I, nova série, 1947-1948.
- SETTI, Kilza. *Ubatuba nos cantos das praias. Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical*. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- SILVA, Luiz Geraldo. *Caiçaras e jangadeiros. Cultura marítima e modernização no Brasil*. São Paulo: CEMAR, 1993.
- SCARPIN, E. *São Paulo Bagre: o imaginário religioso num bairro rural de Cananéia*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, São Paulo, 1991.
- WILLEMS, E. *A Ilha de Búzios*. São Paulo: Nupaub/Hucitec, 2002.